

Valor Econômico, 25 de fevereiro de 2021

“BNDES não terá renda para pagar custos correntes”, alerta professor da UFRJ

Para Ernani Torres, a PEC Emergencial é mais uma etapa do processo de “desmonte” do banco

Por: Rodrigo Carro

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial é mais uma etapa do processo de “desmonte” do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que ocorre há anos e pode, de fato, ser um golpe mortal na instituição. O alerta é de Ernani Torres, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e funcionário aposentado do BNDES.

A PEC Emergencial revoga o parágrafo do artigo 239 da Constituição Federal, que originalmente estabelecia a destinação de um mínimo de 40% da arrecadação do PIS/Pasep para financiar programas de desenvolvimento econômico por intermédio do BNDES. O percentual mínimo já havia sido reduzido para 28% em 2019.

“A gestão atual busca desinflar o balanço do BNDES muito rápido”, afirma Torres, que destaca também ações de governos anteriores no sentido de promover “um desmonte do BNDES”. Ainda no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, com Joaquim Levy como ministro da Fazenda, o BNDES acelerou o repagamento dos recursos tomados junto ao Tesouro Nacional, lembra ele. A substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP), a partir de 2018, encareceu os empréstimos do BNDES. Com isso, sobram recursos no BNDES, que ficam disponíveis para o Tesouro Nacional, acrescenta.

Somado a isso, Torres critica o que considera “inação” do BNDES em renegociar as taxas de empréstimos concedidos num cenário em que o juro básico está num patamar historicamente baixo. Tomadores de empréstimo passaram a “devolver” recursos, substituindo financiamentos mais caros por outros a taxas menores, obtidos junto a outros bancos.

Pela estimativa do professor da UFRJ, os desembolsos do BNDES em 2020 ficaram em torno de R\$ 65 bilhões. “Esse patamar está se estabilizando entre R\$ 50 bilhões e R\$ 70 bilhões”, diz ele, acrescentando que o banco de fomento chegou a liberar R\$ 200 bilhões por ano. A venda da carteira de ações da BNDES é vista por ele como uma decisão que “não é de todo errada”, mas Torres ressalva que os papéis são uma importante fonte de lucro para o banco.

“Em pouco tempo, o BNDES não vai ter renda para pagar seus custos correntes”, afirma. O funcionário aposentado do banco sustenta que, com a taxa de investimento (relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB) em torno de 15% desde 2015, o BNDES teria um espaço relevante a ocupar. “A lógica que está aí é fiscal”, diz Torres. “Não há uma lógica de geração de investimento.”

Link original: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/02/25/bndes-nao-tera-renda-para-pagar-custos-correntes-alerta-professor-da-ufrj.ghtml>